

O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco

Annahid Burnett*

Feira da Sulanca¹ é como se denomina o fenômeno de produção e comércio de confecções populares, o qual emergiu na década de 1960, na mesorregião do Agreste de Pernambuco, mais precisamente na microrregião do Alto Capibaribe. O município de Santa Cruz do Capibaribe dista 180 km da capital do estado, Recife, e faz parte de um território tradicionalmente denominado Cariris Velhos, com baixa densidade pluviométrica e solos rasos. Historicamente essa iniciativa tem tido como características principais o trabalho domiciliar, familiar e informal.

Tal fenômeno comercial/produtivo se instituiu nas décadas de 1950 e 1960, num primeiro movimento, tendo como matéria-prima os retalhos trazidos das fábricas têxteis do Recife, as costureiras dos sítios como força produtiva e os tropeiros como vendedores ambulantes, seguidos dos sulanqueiros como feirantes itinerantes e divulgadores do produto sulanca. Posteriormente, o segundo movimento resultou das migrações dos retirantes da região de Santa Cruz do Capibaribe e entorno, no Agreste pernambucano, e da rede comercial que se estabeleceu com São Paulo para o aproveitamento dos retalhos provenientes das fábricas têxteis daquele centro industrial, os quais se adicionariam aos resíduos das fábricas do Recife, como matéria-prima

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisadora do grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFCG/CNPq). E-mail: aburnett8@hotmail.com.

1 Supostamente o vocábulo sulanca deriva da palavra helanca, fibra sintética em voga nos anos 1960/1970, que vinha do Sul. Portanto, sul + helanca = sulanca.

para as costureiras confeccionarem produtos populares, que passaram a integrar o circuito das feiras livres percorridas pelos sulanqueiros.

Esses mercados improvisados, temporários e itinerantes, as feiras livres que marcam a cena do Agreste, remontam aos primórdios da colonização do Agreste. A primeira feira livre tradicional instituída na região foi a de Caruaru, no fim do século XVIII, quando se formou um povoado oriundo de uma fazenda que servia de paragem para os viajantes no caminho do litoral/sertão, um dos “caminhos das boiadas” observado em Abreu (1975). Depois, com a construção de uma capela nesse lugar, as pessoas começaram a se fixar em torno da igreja, constituindo um ponto de encontro para comércio e lazer nos dias de liturgia – a tradicional Feira de Caruaru estudada por Ferreira (2001).

Esse mercado informal, improvisado e popular, denominado feira, é um espaço que concentra atividades diversas, ligadas ao comércio, à produção e ao consumo, assim como aos campos da cultura e da política. Esse tipo de mercado “livre” constitui verdadeiros complexos culturais para onde convergem vários ofícios e modos de fazer, espaços de grande criatividade, celeiro de cultura popular, de ideias originais, saberes ancestrais e expressões diversificadas, como argumenta Sant’Anna (2010). Portanto, consideramos que as feiras refletem o *modus vivendi* dos povos dessa região, os hábitos e costumes, nos termos de Thompson (1998), representados nesse mercado improvisado.

A Feira da Sulanca se estabeleceu e se desenvolveu na região a partir da década de 1950 até os anos 1980. A partir da década de 1990, devido ao seu grande sucesso, tem havido esforços de regulação, formalização e reestruturação das atividades ali estabelecidas pelas instituições oficiais que, a partir da década de 2000, passaram a denominá-la Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. A criação do Polo, ao mesmo tempo, faz parte das estratégias de marketing dos sulanqueiros, dirigidos pelo Sebrae, para tentar se livrar do estigma que carrega o termo *sulanca*, significando produto de baixa qualidade, de *feira*. De acordo com Alexandre Lima (2011), pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas, na sua dissertação de mestrado sobre o Sebrae de Caruaru, as principais metas e objetivos deste órgão junto ao Polo são: desenvolver pequenos negócios; promover a acessibilidade desses empreendimentos à tecnologia; incentivar o empreendedorismo; viabilizar o acesso às linhas de crédito; implantar a gestão do conhecimento; apoiar o comércio de produtos. Outra iniciativa que faz parte dessas estratégias é a construção de shoppings onde os sulanqueiros

expõem seus produtos em lojas, e não mais em “bancos de feira” em áreas ao ar livre, tentando assim agregar valor ao seu produto e promover uma valorização da região.

Buscamos, através da história oral, esclarecer alguns pontos na evolução desse fenômeno, principalmente no que diz respeito às transformações tecnológicas e aos costumes.

Metodologia

Como metodologia, recorreremos a estratégias de pesquisa baseadas centralmente na história oral de vida dos atores sociais que compõem esse complexo comercial/productivo. A partir do relato oral (depoimentos e narrações individuais livres), foi possível esclarecer vários pontos ainda obscuros na história da sulanca.

De acordo com Bom Meihy (2005), a história oral é um recurso moderno usado na elaboração de documentos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. A história oral de vida, uma das modalidades da história oral, corresponde à narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. As histórias de vida têm sido usadas com a intenção de entender a sociedade nos seus aspectos íntimos e pessoais. A história oral como metodologia de trabalho científico tem sido usada na academia brasileira como herança da tradição anglo-saxã. Paul Thompson (2000), sociólogo e historiador social britânico, utiliza essa reflexão como método para sua pesquisa científica – o *sujeito social*, o colaborador, fica mais à vontade para narrar sua experiência pessoal. As perguntas servem apenas como indicativo, colocadas de forma ampla, dando maior liberdade ao *sujeito* para dissertar. Para conduzir as entrevistas das histórias orais de vida dos protagonistas da sulanca, utilizamos uma espécie de linha do tempo, possibilitando aos entrevistados “mergulhar” nas histórias de vida dos seus ancestrais do sítio, na experiência herdada e narrar o envolvimento com as atividades da sulanca. Solicitamos aos entrevistados uma narração livre a partir da origem de seus ancestrais (lugar e condições de vida) e depois do seu próprio nascimento e, então, sua história de vida.

A realização de entrevistas livres, gravadas e transcritas, com os protagonistas da Feira da Sulanca foram ferramentas fundamentais para esclarecer vários pontos da história da sulanca. Ao todo realizamos trinta entrevistas,

principalmente com os pioneiros da sulanca e com a geração dos filhos que deu continuação ao negócio da sulanca. As entrevistas foram realizadas durante os anos de 2012 e 2013 no âmbito da pesquisa da minha tese de doutorado intitulada *“Era o tempo do pano na porta”: instituição e desenvolvimento da Feira da Sulanca dos anos 1950 aos anos 1980* (Burnett, 2014).

Transcreveremos algumas entrevistas livres de alguns protagonistas da instituição da Feira da Sulanca seguidas de suas respectivas análises. A primeira história de vida foi narrada por dona Creusa, uma das pioneiras da sulanca.

“Era tudo na base da confiança”

Eu nasci no sítio Olho D’água do Púcaro, no município de Brejo da Madre de Deus, e meus pais vieram praqui [Santa Cruz do Capibaribe] na década de 50. Eu nasci em 46, eu ainda era menina. No sítio, a terra era deles e eles trabalhavam na agricultura, no roçado, era pobre. Aí eles vieram praqui e eles começaram a negociar, meu pai levava carvão, ovos, queijo para o Recife. Tinha as pessoa do sítio que traziam aqui pra casa. Eram 12 irmãos, cinco mulheres e sete homens. O sítio ficou lá meio que abandonado e aí depois meu pai vendeu bem baratinho pra um sobrinho da minha mãe. Meu pai trocou uma madeira do sítio numa casa aqui em Santa Cruz. Aí a gente já veio morar em casa própria. Aí ele começou a negociar. E minha mãe, toda vida foi muito trabalhadeira, aí ela matava galinha e fazia aqueles pratinho e mandava os menino vender pelas casa, pelas porta. Aí, ela fazia também cocada, essas coisa. Aí ela começou a comprar uns retalhos.

Meu pai fretava um caminhão que levava a carga dele pro Recife. O ponto dele era no Largo da Feira de Casa Amarela. Ele tinha uma barraca ali no Largo da feira. Aí ele voltava na marinete. Ele vendia em grosso para os clientes revenderem. Aí minha mãe começou comprando aqueles retalhinhos e começou a fazer coberta. Naquele tempo era retalho bruto mesmo. Primeiro comprava a seu Dom Rodrigues que esses retalhos vinham da Macaxeira [Cotonifício Othon Bezerra de Mello, conhecido como Fábrica da Macaxeira, que é como se denomina o bairro onde ela fica situada]. Aí ela fazia coberta, shortinho, vestidinho, mas tudo emendado, sabe? Esses tropeiros, galinheiros, levavam essa mercadoria pra vender no sertão. Eles trocavam também por galinha, ovos, queijo e rapadura. Levavam também

louça pra vender lá. Eles levavam nos burro, era por isso que chamavam de carregação, a sulanca, no início, era bem bruto. Aí depois o pessoal começaram a viajar pra São Paulo e trazer retalho de lá.

Minha mãe entregava a mercadoria aos tropeiros que trocavam por galinha, ovo, queijo, rapadura. Aí quando eles chegavam aqui, vendiam as galinhas e pagava ao pessoal. Seu Adrião Rodrigues, que a gente chamava seu Dom Rodrigues trazia os retalhos da Fábrica da Macaxeira e vendia aqui e voltava com o dinheiro. Ele também negociava com algodão, comprava aqui e vendia no Recife. Na época era na máquina de mão, que rodava na mão. Aí depois seu Brás de Lira começou a trazer máquina de pé de São Paulo. Ele foi muito bom pro povo. Ele vendia as máquina fiado e o povo ia pagando a prestação. Era tudo na base da confiança, anotado num caderno. Aí depois começou vim a helanca do Sul, por isso que é sulanca. Aí depois começou os sulanqueiros, aí não era mais tropeiro e galinheiro. Aí eles levavam essa mercadoria pra Bahia e pra outros estados. Mas, principalmente, o primordial de tudo foi a Bahia. Os retalhos continuaram vindo da Macaxeira, mas também do Brás. Aí vendia aos sulanqueiros.

Quando começou, o pessoal que fabricava não vendiam, eles repassavam a mercadoria pra os sulanqueiros que revendia nos outros estados. As costureiras faziam as roupas e entregavam aos sulanqueiros pra vender nas feiras. Na semana eles faziam a rodada em várias cidades lá que eles comercializavam a sulanca. Até hoje continua. Aí na década de 60, 70, a carregação virou sulanca. Eles ia de caminhonete, ônibus, Toyota. Não era consignado porque eles não devolviam a mercadoria que sobrava. Quando eles voltavam eles pagavam as costureiras. Era o mesmo procedimento dos tropeiros e galinheiros, era tudo na base da confiança, só pagava quando voltava. Geralmente vendia tudo, se sobrasse não devolvia.

Foi daí quando surgiu a feira. O pessoal começou a botar os bancos na feira. Minha mãe vendia um tipo de tecido chamado calandra. Eu não sei pra que o povo queria aquilo não. Era um tipo de tecido grosseiro. Era como um tecido de algodão meio manchado. Calandra era um tipo de tecido dos retalhos. Ela vendia no peso. Banco ela só tinha de retalho, não vendia sulanca não. Minha mãe era costureira. Mais tarde, a gente foi que botou, os filhos. Ela vendia as roupa pros sulanqueiros. Alguns desse sulanqueiros se tornaram altos comerciantes aqui de Santa Cruz.

A feira começou na rua Siqueira Campos. O pessoal começou a botar uns banquinhos, a vender nas calçadas. Depois foi se expandindo. A feira livre é na Avenida Padre Zuzinha, onde tem a igreja. A sulanca é título de Santa

Cruz, começou em Santa Cruz. Outra e qualquer cidade, como Caruaru, Toritama, já vieram depois de Santa Cruz. Santa Cruz foi onde começou tudo. Sulanca é de Santa Cruz, foi onde tudo começou e minha mãe foi uma das pioneiras. Eu faço parte dessa história.

A gente aprendeu a costurar desde pequena, nem alcançava na máquina. Cinco filhas, minha mãe ia ensinando, na máquina de mão, depois era máquina de pé, no pedal. Minha primeira overlock eu comprei pelo Banco do Brasil. (Rocha, 2013).

O sítio e o roçado estão presentes na origem da sulanca e a centralidade é sempre a família. Os nexos de confiança nas relações comerciais representam o conceito dos *valores essenciais da vida humana* de Polanyi (2000), encontrados na tradição, os quais, segundo o autor, se perderam com a Revolução Industrial. Com a expansão da Feira da Sulanca essas relações também se transformaram. Karl Polanyi (2000, p. 58), na sua obra *A grande transformação*, também comenta que as condições sociais da Revolução Industrial formaram “um verdadeiro abismo de degradação humana”. Os trabalhadores se amontoavam nas chamadas cidades industriais da Inglaterra, as quais desumanizavam o povo da zona rural em habitantes de bairros improvisados e desintegravam as famílias. Houve uma desarticulação social simultânea a um vasto movimento de progresso econômico – “Um novo credo totalmente materialista o qual acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais” (Polanyi, 2000, p. 58).

A pesquisa de Glauce Campello (1983) para sua dissertação de mestrado em geografia intitulada *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*, coordenada por Manuel Correia de Andrade e orientada por Tânia Bacelar, alega que até aproximadamente o final de década de 1960 a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no contexto do estado, era um centro urbano inexpressivo com atividades urbanas restritas às funções administrativas e um pequeno comércio local, “tendo na feira, o ponto de convergência dos produtos e da população, como acontece com todas as pequenas cidades do interior do Nordeste” (Campello, 1983, p. 36). A pesquisadora salienta que a base econômica do município era a cultura agropastoril algodão/pecuária/lavoura de subsistência, refletindo as condições precárias da natureza e o processo de povoamento, como em todo o Agreste. Alguns depoimentos na pesquisa de Campello (1983) narram

experiências em que os credores tomavam as máquinas e a produção das costureiras quando elas não conseguiam pagar as prestações, já no início da década de 1980.

Constatamos, através da narrativa, que as transações comerciais dos tropeiros e galinheiros se davam através de escambo, ou seja, através de trocas, elas não eram monetarizadas. Esse tipo de transação também denota a economia à margem do sistema formal no qual os consumidores de sulanca viviam, ou seja, não existia dinheiro disponível para o consumo e por isso mesmo eles tinham de lançar mão do escambo. Era necessário viajar em direção ao sertão para trocar a mercadoria transportada nos lombos dos burros e, posteriormente, nas caminhonetes galinheiros. Na volta, eles conseguiam vender a mercadoria que resultou do escambo, por dinheiro, com o intuito de pagar as costureiras, as quais compravam os retalhos a preços módicos, costuravam as peças de roupa e cobertas e as confiavam à aventura dos tropeiros mascates.

Observamos que o ofício de costureira era transmitido oralmente de geração para geração que de acordo com Thompson (1981) é uma *transmissão de experiências sociais, da sabedoria comum da coletividade*, costumes que se reproduzem ao longo das gerações e se perpetuam pelas tradições. De acordo com a entrevista de dona Creusa, a mãe passou seu ofício para as filhas quando ainda eram pequenas, na realidade com intuito de ter a ajuda delas, o trabalho em família, como no roçado do sítio. Essas mulheres eram as encarregadas de prover vestimentas para toda a família, de comprar os retalhos e fazer roupa para a família inteira. Da mesma forma que as sobras do roçado eram vendidas na feira, ou mesmo outros produtos como as panelas de barro feitas com a argila do rio, as colheres de pau entre outros produtos, as mulheres começaram a costurar para fora com o objetivo de complementação da renda do sítio.

O circuito das feiras livres

A feira livre nordestina se dá num circuito itinerante numa microrregião. Por exemplo: a feira tradicional de Santa Cruz acontece às segundas-feiras, a de Jataúba na sexta-feira, já a de Caruaru, que foi a pioneira e é a maior, tem lugar no sábado. Dessa forma, o feirante terá diversas oportunidades de oferecer seu produto na mesma semana com pouco deslocamento,

ou seja, numa distância curta, dentro da mesma região. Caruaru, como é uma cidade maior, além da feira central aos sábados, tem também as dos bairros: no domingo no bairro de São Francisco, na segunda-feira no bairro do Salgado e assim por diante. Alguns feirantes ficam somente nesse circuito municipal. Estas são as características de base da feira nordestina: improvisada, temporária e itinerante. O que os sulanqueiros fizeram foi expandir esse circuito microrregional e ampliar sua área de atuação. Por exemplo: numa semana o sulanqueiro se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia, e fazia o circuito daquela região. Na outra semana ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as feiras da semana naquela área. Então, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as costureiras, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de feiras. Dessa forma, o produto sulanca ficou conhecido pelo Nordeste afora. Devemos ressaltar que atualmente o termo sulanqueiro se refere a qualquer pessoa que tenha uma atividade qualquer ligada à fabricação e comércio de sulanca, ou seja, que atue no universo múltiplo e diversificado que se tornou a sulanca, como já foi observado em Burnett (2013).

A pesquisadora Marie France Garcia, na sua tese de doutorado intitulada *Feiras e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*, afirma que as feiras escondem realidades sociais distintas a partir das práticas dos seus agentes e dos significados que lhes são atribuídos. A feira, além de ser um lugar de trocas, funciona também como um elemento de articulação social, com significações diversas de acordo com a estrutura em que se insere. Segundo a autora, a feira significa para os pequenos produtores e trabalhadores rurais “um local privilegiado de abastecimento, de realização do valor da pequena produção e de exercício de uma atividade complementar de compra e venda” (Garcia, 1984, p. 6). Garcia segue argumentando que a feira livre significa para o trabalhador rural um espaço social onde ele se sente mais livre e autônomo em relação aos grandes proprietários. De acordo com o sociólogo Valmir Pereira da Silva (2005, p. 137), a feira é uma “instituição social, onde os personagens consumidores e negociantes assumem o compromisso de serem seus protagonistas principais, a enredarem seus caminhos, transformando-a num grande cenário móvel, investido de significados distintos”.

Outra narrativa esclarecedora é a de dona Gersina, que analisamos a seguir.

“Era o tempo do pano na porta”

Eu vim pra Santa Cruz no ano de 55. Eu nasci em 1943 no sítio Caldeirão, município de Brejo da Madre de Deus, com 10 irmãos. O sítio era do meu pai, ele criava gado, eles traziam álcool lá do sul² no lombo do burro, álcool e açúcar. Desde do ano de 55 que eu moro nesta casa. Tinha uma venda nesta casa, uma bodega. Meu pai negociava, trazia café de Taquaritinga pra vender aqui. Meu irmão era que tomava conta da bodega e meu pai negociava com café, essas coisas, que ele trazia de Taquaritinga, e já tinha as pessoa que comprava o café. Ele fazia cachaça no alambique atrás de casa. Vendia o café em saco, em grosso, vinha as pessoa pra passar pra frente. Vendia farinha, vendia tudo. A feira sempre foi toda vida aqui nessa rua, pra lá é a matriz. Vendia feijão, secos e molhados.

As mulheres casaram, outros foram embora pra São Paulo. Eu comecei a costurar com o tempo. Eu estudava numa escola aqui que era de dona Lúcia. Só era gado Santa Cruz. A minha mãe não costurava, não. A sulanca começou ali na rua do Pátio. Tudo o que se fazia, vendia. Foi essa Santa Cruz foi tão abençoada. O começo do povo foi nessa cidade. Começou mesmo lá pra baixo, perto do açougue. O que levasse pra vender ali na rua do Pátio, todo mundo vendia. Tudo começou em Santa Cruz e continua aqui. Eu comecei a costurar numa maquinazinha de pé, não era a motor. Eu fazia saia e short. Daí arrumei outra pessoa pra costurar. Comprava retalho por quilo. Ia pra feira, com as trouxas na cabeça, era, levava. Naquele tempo não tinha essa danação de bandido. A pessoa saía daqui de noite, de madrugada. Ia prali vender, quando chegava lá botava o pano no chão. Cinco hora da manhã tava dento de casa com o dinheiro no bolso. O que se fazia se vendia. Graças a Deus, Santa Cruz deve tudo a Santa Cruz. O pessoal vinha do Acre e ainda vêm umas pessoa comprar aqui com a gente, elas, com eu e a minha filha. A minha menina agora tem representação. Elas vêm do Rio Branco. Vem gente do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia. Tem gente daqui que tá morando no Maranhão, interior do Pará, tem muita gente daqui morando lá, vem buscar mercadoria aqui, na Bahia também, o acesso é mais fácil – Irecê, Barreiras.

Nunca parou de vim retalho do Recife, tinha umas apara quadrada, retalho bom, fazia vestido, saia, fazia tudo, emendava os retalhos. Depois eu

2 Sul neste contexto significa Zona da Mata Sul.

comecei a comprar o brim de Lourinaldo e fazer short. Quando nós chegava na feira o povo já tava esperando, todo mundo. Eu já saí daqui até uma hora da madrugada. Naquele tempo eu ia sozinha, eu e Deus, nunca vi nada, tu acredita? Naquele tempo a gente deixava um pano escorado na porta, quem fosse chegando pra dormir ia entrando, escorava o pano na porta. Era o tempo do pano na porta. Era isso mesmo! Quem fosse chegando ia entrando. E hoje, Jesus misericórdia, é tudo trancado, tá demais! Aqui tinha umas cacimba no rio Capibaribe com areia fina. O sapoli era de areia fina do rio, num tinha essas coisa de detergente não. (Marques, 2013).

A *bodega* descrita no depoimento, emblemática do cenário socioeconômico de Santa Cruz do Capibaribe, era na realidade a casa familiar do sítio trasladada para a “zona urbana”. A família inteira morava nos cômodos que se seguem ao armazém, e o quintal ainda acomodava o alambique onde se fazia a cachaça que era vendida na frente. Não existia separação entre o ambiente familiar e o ambiente de trabalho, e essa relação continuou na produção domiciliar familiar de sulanca.

O trabalho de Maria Gilca Xavier, Luis de la Mora e Mônica Luize Sarabia (2009) mostra a transformação da paisagem urbana em Santa Cruz do Capibaribe, cuja feira, que começou na Rua Siqueira Campos, já ocupava 28 ruas do centro da cidade. A mudança ocorreu a partir do novo empreendimento comercial denominado Santa Cruz Moda Center. De acordo com a autora, essa mudança foi feita através de planejamento urbano, “frente às necessidades da sociedade e do capital” (Xavier; De la Mora; Sarabia, 2009, p. 2). A pesquisadora salienta no artigo que em sua tese de doutorado *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000)* observou que a expansão da atividade econômica e urbana ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 foi devida “à reestruturação no processo de desenvolvimento do país, à diminuição do parque industrial no centro-sul, à redução de oferta de emprego formal e ao declínio das migrações internas” (Xavier; De la Mora; Sarabia, 2009, p. 2).

O depoimento se refere a essa “transformação” de uma simples feira local e pacata, que, ao se expandir, deu origem à construção de um centro comercial imenso, aos moldes de um shopping center. A narrativa ainda se refere à atração de forasteiros que convergiram para Santa Cruz do Capibaribe, interessados nas oportunidades de emprego e negócios – elementos exógenos à cultura de origem.

Outra narrativa muito importante foi a de Seu Mauro Feitosa, que indica o movimento de expansão, o “Ponto de Mutação” da sulanca e as redes comerciais de parentesco e amizade que se estabeleceram com São Paulo.

“Essa tatuzinha ainda funciona e tem no mínimo uns 150 anos”

Eu nasci no sítio Garrote, município de Brejo, em 1938. Então eu vivi l  até a idade de três, quatro anos. Meu pai trabalhava na agricultura. Depois nós mudou pra Paulista, a terra dos Lundgren, naquela época dos coronéis. Já tinha duas fábricas de tecido. Minha mãe teve 11 filhos, criou-se nove, quando nós mudou pra Paulista pra trabalhar naquela fábrica dos Lundgren, meu pai e minhas irmãs foram trabalhar na tecelagem e na fia o. Ele não vendeu o sítio, ficou a casa l  sem ninguém. E l  foi aquelas moça tudo trabalhar naquelas fábrica, enquanto tudo em casa, tudo bem, seis pessoa trabalhava pra manuten o da casa. Aí depois foram casando, ficou somente umas três pessoas em casa, que não trabalhavam na fábrica, aí não dava mais pra sobreviver l . Nós morou oito anos l  em Paulista, aí nós voltou novamente pra o sítio Garrote, aí nessa época foi trabalhar totalmente na agricultura pra sobreviver. Aí depois não deu mais pra sobreviver trabalhando na roça e aí meu pai mudou pra Santa Cruz. Foi quando ele vendeu esse sítio, fez uma casa em Santa Cruz e veio morar aqui. A profissão dele chamava marchante, matava cria oes, n ? Bode, carneiro, boi. Eu era sapateiro naquela época e com 20 anos eu fui embora pra São Paulo. Fui trabalhar em calçado l . Trabalhei um ano em São Paulo, aí meu cunhado era chefe de uma mecânica l  e ele me colocou na mecânica. Aí foi quando eu passei a aprender a profissão de mecânico. Ainda consegui registrar na minha carteira quatro profiss oes dentro da metalúrgica.

Eu trabalhava na Vila Maria e morava perto da Penha. Eu ia de bicicleta de l  pra Vila Maria. Quatro filhos, os três primeiros nasceram em São Paulo e a última nasceu aqui. Eu queria não era vir morar mais no Norte, eu não queria mais nunca vir m’imbora praqui, eu queria passear pelo menos, mas não tinha condi o de vir passear. Aí um dia um homem arranjou uma passagem de graça pelo exército e eu vim passear com a família, a mulher e três filho. Quando eu cheguei aqui, tudo bem, fiz o passeio, aí voltei sozinho pra São Paulo, por que não podia pagar a passagem de volta e eles ficaram.

Aí eu fiquei em São Paulo sem mulher, sem filho, só olhando... hi! agora deu certo: eu perdi a mulher e três filho, não posso mais ir buscar. Como eu passei uns dias afastado, aí fiquei desempregado, mas eu tinha conseguido fazer uma casinha lá. Aí eu fiz como diz o matuto: ‘colocar fogo no rancho e sair de dentro’. Primeiro, eu comprei uns retalho fiado a um cidadão lá, pra vir vender em Santa Cruz e com o lucro voltar com a família pra São Paulo. Eu deixei empenhado, porque naquela época eu estudava música, eu tinha um saxofone aí deixei empenhado lá, pelos retalho. Peguei os pano dele e trouxe pra Santa Cruz. Cheguei aqui ninguém quis de graça, porque era um negócio que não dava pra região. Aí eu peguei aqueles pano, aí eu fui costurar eles em Santa Cruz, fazer calção, porque o preço não dava pra vender os pano aqui. Aí eu tive que confeccionar eles, fazer o que chamam de sulanca. Fazer aqueles calção de homem emendado, fazer o que chamam coberta de retalho. Porque era umas tira grande daquele tecido daquela época que chamava de percal. Naquela época eu botei 33 costureira dos sítio que costurava nas maquininha de pé. Elas ia pegar lá em casa e depois trazia as coberta, não era só dos sítio, era de Santa Cruz também. Os pedaço menor fazia coberta e os pedaço maior fazia calção de homem, emendava e fazia calção. Então quando eu desmanchei aquela mercadoria toda em sulanca, como se chamava, vendi a sulanca por aqui e o que foi que eu fiz: ‘agora eu vou voltar pra São Paulo, sozinho’ aí voltei. Voltei, mas não tinha o dinheiro todo e tive que convencer ao cidadão: ‘eu comecei a estudar música, mas é muito difícil’, porque ele tinha um filho que estudava música, ‘tem esse instrumento, serve pra o seu filho’, pra ele ficar com o saxofone e eu descontei na conta. Quando eu cheguei lá, agora eu já sei o que é que compro pra levar pra Santa Cruz. Aí cheguei pelo Brás, pegava resto de confecção, uns eu pagava, outros me davam, aqueles retalho de malha. Tinha uns pedaço de malha que ia pras máquina e virava bucha de limpeza. E comecei trazendo retalho de malha, mas deu zebra também, porque a malha, pra costurar, tem que ser em máquina overlock, não pode ser nas máquina que era antigamente, máquina comum, estoura a costura. Resultado: começou a dificuldade de eu trazer aquelas malha, umas eu ganhava, outras eu comprava. Agora eu vou fazer o seguinte: eu vou levar uma máquina semi-industrial, uma maquininha pequena pra Santa Cruz e vou costurar isso aí pra o pessoal ver, que quando o pessoal vê que realmente funciona pra costurar malha, aí vão me comprar meus retalho, pra formar uma freguesia com isso aí. Aí eu trouxe essa tatuzinha, então, eu trabalhando em casa, eu e minha mulher, aí vinha o pessoal, as mulher olhar como era que fazia e eu ensinava pra elas. Seis,

sete, oito mulher olhando eu fazer aquilo e eu explicando, assim é melhor porque trabalhar com as malha dá mais lucro. Mas, a minha intenção na época não era vender máquina, era vender os retalho que eu trazia. A gente precisa ter muita precisão pra inventar alguma coisa. Aí começaram a comprar máquina aqui no Recife, naquela época era a Faf, a Juki e a Pan costura, era essas três firma que vendia máquina em Santa Cruz. Aí começou a inveja dessas três firma oferecendo dinheiro pra eu ficar representando aquela firma em Santa Cruz, que aquilo dava certo. Se eu já voltei de São Paulo pra não ser empregado, eu vou ser empregado de vocês aqui? Não quero, não. Eu vendo as máquina de vocês e não quero nada. Aí coloquei a Faf, a Pan costura e a Singer, o pessoal ia me perguntar quando ia comprar as máquina, que máquina é que eu compro. Aí, eu, compre tal máquina, até que começou os fabrico com máquina industrial. A mercadoria que eu fabricava eu vendia pra o povo revender na Bahia, os sulanqueiros, no caderno, na confiança. Ainda hoje eu uso. Nesse vai e vem pra São Paulo pra comprar esses retalho, foi quando surgiu na rua São Caetano uma maquininha, aí eu comprei pra trazer e depois dessa máquina eu comecei a conhecer as firma que vendia máquina usada, aí eu fui numa, fui noutra. Aí já comprei outra máquina. Cada viagem que eu ia, eu comprava uma máquina pra mim, pra costurar em casa. Aí foi que começou a história de máquina em Santa Cruz. O dono dessa maquininha lá em São Paulo, eles com a honestidade deles, disse: 'o senhor vai levar essa máquina pra lá e quando essa máquina quebrar como é que o senhor vai fazer?' 'Venho passar uma hora mais ou menos dentro da sua oficina aqui com os seu mecânico e eu quero só que ele me explique como é o funcionamento dessa máquina, e o resto deixe comigo', porque eu trabalhava em mecânica, só que não era de máquina de costura, era de fabricar máquina, mas máquina pesada, eu trabalhava pelo desenho mecânico. Não era assim a olho, era pelo desenho. Aí eu tinha muita noção de mecânica e ainda tenho. Só que o resultado: ele não queria que eu trouxesse a máquina porque não ia ter quem desse a manutenção dela. Mas aí eu me virei e aí eu não tive dificuldade, não. Essa tatuzinha ainda funciona e tem no mínimo uns 150 anos, que eu já comprei usada. Depois tornou-se isso aí em uma oficina grande, eu tinha uma oficina grande, cheguei a trabalhar com 30, 40, 50 pessoa. Tinha uma firma de vender máquina e assim por diante. Eu tinha que vender a máquina e dar a garantia, eu tinha que ter a oficina. Sim, eu fabricava as peça dela também. Todas as peça de uma máquina, eu só não fabricava a agulha, mas o resto, fazia tudo, tinha o torno, plaina, tinha tudo isso. A maioria das máquina agora é tudo chinesa. (Feitosa, 2013).

A narrativa nos mostra as estratégias da família do sítio com intuito de complementação da renda familiar e observa que já nos anos 1940 havia uma indústria têxtil florescente no Recife e já havia também uma migração de trabalhadores para essa indústria. De volta, mais tarde, a reprodução social não foi mais possível no sítio e eles mudaram para a “zona urbana”. Não obstante, devemos ressaltar que a emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe só se deu em 1953, até então, se tratava de um distrito rural de Taquaritinga do Norte. Portanto, durante a década de 1950, a recente cidade de Santa Cruz do Capibaribe reproduzia ainda os costumes de uma comunidade rural, como informam os depoimentos.

Mas, como era a indústria têxtil em Pernambuco na década de 1940, quando começou a se configurar o comércio de retalhos entre Recife e Santa Cruz do Capibaribe? A pesquisa de Philip Gunn e Telma de Barros Correia (2005) sobre a industrialização brasileira mostra que a indústria têxtil se estabeleceu no Recife no fim do século XIX, primeiramente com a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, a “Fábrica da Torre”, em 1884. Na década de 1890, início do período republicano, com novos ativos industriais na bolsa de valores, houve a instalação da Companhia Têxtil de Aninhagem, no bairro central de São José. Ao mesmo tempo, na área de Paulista, periferia norte do Recife, a família Lundgren instalou a Companhia de Tecidos Paulista, originando um grande núcleo fabril com mais de seis mil casas de propriedade da fábrica, que ficou conhecida pelo Brasil afora pela representação das Casas Pernambucanas, rede de lojas de tecidos, durante todo o século XX. Em 1891, a Companhia Industrial Pernambucana, conhecida no Recife como a “Fábrica de Camaragibe”, iniciou suas operações no subúrbio do mesmo nome a noroeste da capital. Posteriormente, em 1893, deu-se início à Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, cidade da Zona da Mata Norte de Pernambuco, no caminho para João Pessoa, na Paraíba. Em 1895, foi a vez do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A., em Apipucos, bairro do Recife, mais conhecida como a “Fábrica da Macaxeira”. A Société Cotonnière Belge-Brésiliene abriu fábricas têxteis em pequenas cidades no entorno da capital, como Moreno, a oeste do Recife, no ano de 1908 e, em 1911, em Timbaúba, Zona da Mata Norte do estado. Nos anos 1920, foram criadas a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, no bairro central de Santo Amaro, no Recife e o Cotonifício José Rufino, no Cabo, sul do Recife, em 1926, como também a Fábrica da Tacaruna, entre Recife e Olinda, em 1924, e a Fábrica Iolanda, em Jequiá, distrito do Recife,

em 1937. Verificamos, então, que a produção têxtil era intensa no Recife durante a primeira metade do século XX, fato mencionado no artigo de Burnett (2013).

Consideramos a década de 1960 como o *turning point* (“ponto de mutação”) da sulanca. Até então, as costureiras dos sítios aproveitavam os retalhos de tecido de algodão rústicos, sem tecnologia sofisticada, que vinham das fábricas do Recife, os quais podiam ser costurados pelas máquinas manuais domésticas chamadas de “pé duro”. Os retalhos que começaram a vir do Sul eram de malha, e demandavam uma costura mais cuidadosa, com acabamento para não desfiar a malha e as máquinas semi-industriais eram elétricas. Na década de 1960, só havia eletricidade nas ruas centrais da cidade, fornecida por um motor. Na segunda metade da década de 1960 foi instalada a eletrificação fornecida por Paulo Afonso, a qual representou um grande avanço na época. No entanto, a eletrificação também era limitada às ruas centrais, os sítios continuaram sem eletrificação rural.

Acreditamos ser este fato a causa mais importante da desruralização na época. As costureiras dos sítios, para aproveitar as toneladas de retalhos que estavam sendo trazidos de São Paulo, eram obrigadas a se deslocarem para a sede do município e comprar uma máquina *overlock*, como a *tatuzinha* citada pelo narrador. Foi por isso que o nosso entrevistado trouxe a *tatuzinha* já antiga e usada (fato comum nas economias periféricas), sendo necessário empenhar seu saxofone para tal compra. Este é outro costume muito corrente na cultura do sítio: “negociar” os objetos que possuem.

Para vender seus retalhos de malha, ele percebeu que seria necessário ensinar as costureiras como utilizar as máquinas elétricas semi-industriais. Como ele tinha aprendido o ofício de metalúrgico em São Paulo, aprendeu com facilidade a mecânica das máquinas e foi naturalmente se encaminhando em direção ao negócio de venda e manutenção de máquinas e acessórios. Acreditamos que, nesse momento, a produção de sulanca passou de artesanal doméstica e rural para semi-industrial “urbana”. A geógrafa Campello (1983, p. 112) comenta que as costureiras “ao ingressarem na economia urbana propriamente dita, passam a adquirir outros tipos de máquinas e a ampliar a sua clientela de forma mais significativa”.

Portanto, o *ponto de mutação* da “saga” sulanca teve um componente tecnológico importante. A tecnologia das máquinas domésticas das costureiras na década de 1960 não acompanhava a tecnologia dos retalhos de tecido vindos de São Paulo. Para aproveitá-los tiveram que adquirir uma máquina

semi-industrial *overlock*. O relato também confirma as redes de parentesco e amizade, entre migrantes nordestinos, já formadas no centro industrial do eixo Rio-São Paulo em 1958. Também confirma o desejo de não ter patrão do entrevistado, comum entre os protagonistas da sulanca.

Considerações finais

A sulanca foi produto dessas estratégias de reprodução social, de subsistência do núcleo familiar, resultado dos costumes agrestinos dentro de um contexto socioeconômico particular. As condições físicas e tecnológicas fizeram com que esse núcleo familiar fosse transferido para a “zona urbana”, sede do município de Santa Cruz do Capibaribe e com ele seguiram os costumes do sítio. Esse modo de produção do sítio continuou sendo reproduzido nessa nova atividade que se apresentou como a estratégia mais viável para assegurar a subsistência no núcleo familiar: os retalhos que representavam uma matéria-prima barata ou até gratuita, a experiência da costureira doméstica, a família como mão de obra no processo de produção de sulanca, o domicílio da família como unidade produtiva e os homens como vendedores e divulgadores desse produto nas feiras livres, os sulanqueiros, à margem do mercado formal.

Campello (1983) assinala a acentuação do processo de desruralização no começo dos anos 1980, a qual já vinha se processando desde a década anterior. Segundo a autora, esse resultado acompanha a expansão da atividade de confecções que nos últimos anos de 1970 toma grande impulso. A autora acrescenta que as modificações na estrutura de produção do setor agrário, agravadas pelas estiagens da época, as quais atingiram sistematicamente diversas áreas da região Agreste, contribuíram da mesma forma para o decréscimo da população rural e o elevado crescimento da população urbana. A pesquisadora ainda argumenta que o equilíbrio entre a cultura do algodão consorciada com as culturas de subsistência não mais se observa. A pecuária se expandiu em detrimento das lavouras, e as estiagens sucessivas também foram destruindo o resto das lavouras ainda existentes. As condições desfavoráveis da agricultura propiciaram uma forte emigração do meio rural, e a população rural remanescente foi integrada nas frentes de emergência para o trabalho na ampliação dos açudes do município. Além do mais, a maior parte das terras agricultáveis era de latifúndios para a atividade da pecuária,

inviabilizando o sistema de arrendamento e parceria. Esse contexto deu lugar a um processo de desruralização devido à evasão da força de trabalho do meio rural.

Porém, apoiados nos depoimentos da nossa pesquisa, consideramos que o fator principal para a desruralização foi mesmo o tecnológico. Os retalhos vindos de São Paulo exigiam uma tecnologia mais sofisticada por parte dos meios de produção. Os sítios não dispunham de luz elétrica para operar as máquinas semi-industriais. A energia primeiramente chegou somente no centro da sede do município. Para obter a instalação de eletrificação na zona rural, o proprietário tinha que arcar com a despesa, que era extremamente elevada naquela época e inacessível aos pequenos proprietários. Portanto, a solução mais viável para fazer face às novas exigências da produção de sulanca era o deslocamento do domicílio, que era também a unidade produtiva, para a “zona urbana” e, com isso, a costureira doméstica, rural e artesanal se transformou em semi-industrial e “urbana”. Teriam elas mudado de domicílio não fosse esse fator tecnológico? Supomos que não.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da Feira da Sulanca no agreste pernambucano. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 9-40, jul./dez. 2013.

_____. *“Era o tempo do pano na porta”*: instituição e desenvolvimento da Feira da Sulanca dos anos de 1950 aos anos de 1980. 222 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFCG, Campina Grande, PB, 2014.

CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*. 155 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE, Recife, PE, 1983.

FERREIRA, Josué Euzébio. *Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru*. João Pessoa: Ideia; Caruaru: Edições Fafica, 2001.

GARCIA, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*. 283 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional/UF RJ, Rio de Janeiro, RJ, 1984.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 7, n. 1, p. 17-34, maio 2005.

LIMA, Alexandre Santos. “*Empreendendo*” a Sulanca: o Sebrae e o Polo de Confeccções do Agreste de Pernambuco. 104 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFCG, Campina Grande, PB, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

SANT’ANNA, Márcia. *Plano de salvaguarda da Feira de Caruaru: projeto de Educação Patrimonial para Feirantes*. Caruaru: Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2010.

SILVA, Valmir Pereira da. *Artes de fazer a feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (PB)*. 125 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB, João Pessoa, PB, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past: oral history*. New York: Oxford University Press, 2000.

XAVIER, Maria Gilca Pinto; DE LA MORA, Luis; SARABIA, Mônica Luize. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe e seu dinâmico desenvolvimento local: em foco as mudanças. In: COLLOQUE DE L’IFBAE, 5, 2009, Grenoble. *Anais...* Grenoble, 2009.

Fontes orais

FEITOSA, Mauro. *Essa tatuzinha ainda funciona e tem no mínimo uns 150 anos*. Entrevistador: Annahid Burnett. Santa Cruz do Capibaribe, 21 jul. 2013.

MARQUES, Gersina. *Era o tempo do pano na porta*. Entrevistador: Annahid Burnett. Santa Cruz do Capibaribe, 29 mar. 2013.

ROCHA, Creusa. *Era tudo na base da confiança*. Entrevistador: Annahid Burnett. Santa Cruz do Capibaribe, 28 mar. 2013.

Resumo: Este artigo pretende analisar a história do fenômeno produtivo/comercial denominado *Feira da Sulanca*, configurado durante as décadas de 1950 e 1960 na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, com base nas narrativas dos seus protagonistas. Observamos que o fator essencial que deslocou a produção de sulanca do universo rural para o urbano foi tecnológico, e transformou a produção de rural e artesanal em semi-industrial e “urbana”. Como metodologia, utilizamos a história oral de vida.

Palavras-chave: sulanca, trabalho, feira, Agreste, Pernambuco.

The “turning point” of Sulanca in the Agreste of Pernambuco

Abstract: This paper aims to analyze the history of the productive/commercial phenomenon called *Feira da Sulanca* that emerged during the 1950s and 1960s in the region denominated Agreste, state of Pernambuco, Brazil through the narratives of life of its protagonists. We observed that the fundamental factor that shifted the sulanca production from the rural universe to the urban universe was technological and transformed its rural and artisanal production into a semi-industrial and “urban” production. As methodological approach we used the oral history of life.

Keywords: sulanca, work, street market, Agreste, Pernambuco.

Recebido em 25/08/2014

Aprovado em 22/10/2014